



Senado aprova regras para direito de resposta na imprensa

Projeto que agora segue para a Câmara garante retratação com o mesmo destaque, publicidade, periodicidade e dimensão da ofensa publicada

Veículos de comunicação terão sete dias para publicar retratação espontânea sem serem submetidos a ação judicial, segundo proposta. Nesse caso, cessa o direito de resposta, mas permanece a possibilidade de ação por dano moral.

O direito de resposta

deve ser pedido em até 60 dias. Juízes terão 24 horas para mandar citar o responsável e, comprovada a ofensa, fixarão data e condições para veiculação da resposta em até dez dias.

Autor do projeto, Roberto Requião recebeu parabéns e disse que objetivo é suprir vácuo deixado pelo fim da Lei de Imprensa. **3**

Roberto Requião (*de pé*) fala com Renan Calheiros e Valdir Raupp durante sessão do Plenário que aprovou projeto sobre direito de resposta



Pedro Franco/Agência Senado

Moreira Manz/Agência Senado



Ao lado do presidente da CMO, Lobão Filho (D), Tombini fala a congressistas

Tombini: influência do dólar na inflação será limitada

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, disse ontem que a desvalorização do real nos últimos meses pressiona

os preços no curto prazo. Ele afirmou, no entanto, que a política monetária já demonstra resultado no combate à inflação. **5**

Uso indevido de vaga de deficiente pode se tornar infração grave 8

Relator quer simplificar registro de médico estrangeiro 6

Comissão estende imposto menor para todo tipo de transporte 4

Controle social e transparência são desafios para Ouvidorias 2

Graça Foster garante segurança na Petrobras

Falando à CPI da Espionagem, presidente da estatal relatou investimentos em segurança

da informação e garantiu que não houve violação de dados estratégicos da companhia **5**



Graça Foster esclarece denúncias de monitoramento de informações da Petrobras

Geraldo Magela/Agência Senado

PEC do Voto Aberto começa a ser discutida em Plenário 8



MULHER,
TOME PARTIDO.

A política precisa de mais mulheres

Uma autêntica democracia requer maior participação das mulheres na política. Embora alcancem mais da metade da população, as mulheres ainda estão em minoria nos cargos eletivos dos Poderes.

Filie-se a um partido até 5 de outubro e participe das próximas eleições.

SENADO FEDERAL



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ouvidores do Legislativo defendem controle social

Representantes dos órgãos do Senado, da Câmara e do Tribunal de Contas da União falam sobre a necessidade de transparência, e redes sociais são apontadas como reforços para as ouvidorias

TRANSPARÊNCIA, CONTROLE SOCIAL e desafios do Poder Legislativo foram o centro das palestras e discussões do Seminário Nacional das Ouvidorias Legislativas, ontem, na Câmara. Organizado pelas Ouvidorias do Senado, da Câmara e do Tribunal de Contas da União (TCU), o evento reuniu ouvidores, servidores e sociedade.

O presidente do TCU, ministro Augusto Nardes, defendeu a transparência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Ele enfatizou a necessidade de ampliação do

controle social “para diminuir desvios e corrupção”.

A ministra do Superior Tribunal de Justiça Eliana Calmon disse que as ouvidorias servem para “prevenir, combater e tratar as patologias da sociedade”, mas não ouviram as manifestações recentes nas ruas.

O ministro do TCU José Múcio Monteiro Filho falou sobre a necessidade de independência das ouvidorias e observou que a sociedade está na era da informação. As redes sociais, disse, são canais alternativos de comunicação, que têm ajudado as ouvidorias.

A palestra do secretário-executivo da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco, Maurício Cruz, focou as ouvidorias como um instrumento de gestão. Ele chamou a atenção para o fato de existirem ouvidorias que ouvem, “mas negligenciam a voz do cliente”.

Ao analisar os sites das Ouvidorias do Senado, da Câmara e do Tribunal de Contas da União, o diretor-executivo da ONG Transparência Brasil, Claudio Weber Abramo, disse que o Brasil está muito atrasado e criticou o fato de documentos se restringirem a dados estatísticos.

O presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas, Antonio Joaquim Moraes Neto, disse que as Ouvidorias dos tribunais de contas são instrumento de democracia direta e que não existe democracia sem controle.

— Quem não quer ser controlado tem que sair da vida pública — afirmou.

Campanha Mulher, Tome Partido lança blog e procura adesões



Waldemir Barreto/Agência Senado

Na presidência da sessão, Vanessa lê anúncio da campanha no *Jornal do Senado*

Está no ar o blog da campanha Mulher, Tome Partido, que visa incentivar a filiação feminina até 5 de outubro para viabilizar candidaturas em 2014. O blog terá notícias sobre a participação feminina na política. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher no Senado e uma das organizadoras, mostrou ontem em Plenário a peça

publicitária da campanha. — Agora buscamos a adesão das assembleias legislativas para veicular. A Comunicação do Senado já vem fazendo com competência. A Câmara, o mesmo. Agora são os estados e, quem sabe, os 5.564 municípios.

Para conhecer o blog, acesse <http://bit.ly/blogMTP>



Augusto Nardes, presidente do TCU, propõe a ampliação do controle social

No Senado, órgão repassa reclamações e sugere melhorias

A Ouvidoria do Senado funciona desde 2011 recebendo, examinando e encaminhando reclamações ou representações. À ouvidoria também cabe propor sugestões para um melhor funcionamento do Senado. Uma das principais preocupações de Lúcia Vânia (PSDB-GO) à frente da Ouvidoria tem sido

transformá-la em interlocutora da população. Para ajudar a difundir a Ouvidoria, foi distribuída uma cartilha no seminário. O material também será enviado a ouvidorias públicas, assembleias legislativas, câmaras municipais, secretarias estaduais de Educação, universidades e conselhos profissionais.

CONTATO COM A OUVIDORIA

- ▶ Site: www.senado.gov.br/ouvidoria
- ▶ Telefone direto: (61) 3303-1791
- ▶ Alô Senado: 0800 612211
- ▶ Cartas: Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Palácio do Congresso, Anexo 2, Bloco A, Térreo, Sala da Ouvidoria, Brasília, DF, CEP 70165-900
- ▶ Formulários distribuídos pela Ouvidoria: devem ser depositados nas urnas disponíveis no Senado

Oswaldo Sobrinho substitui Jayme Campos

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) assumiu ontem uma cadeira do Senado em substituição a Jayme Campos (DEM-MT), licenciado até janeiro para tratar de assuntos particulares. Em pronunciamento no Plenário, Oswaldo Sobrinho disse que, embora permaneça no Senado por apenas quatro meses, pretende trabalhar para o desenvolvimento de Mato Grosso.

O senador, que já foi deputado e vice-governador, lembrou a atuação dele como professor da rede pública estadual

e secretário de Educação e Cultura entre 1991 e 1994. Ele mencionou ainda a admiração pelo educador e senador Cristovam Buarque (PDT-DF).



Oswaldo Sobrinho promete trabalhar pelo desenvolvimento de Mato Grosso

Oswaldo Sobrinho mencionou as riquezas do estado que representa, ao lado de Pedro Taques (PDT) e Blairo Maggi (PR), como a expressiva produção rural, o crescimento das cidades, o trabalho dos pioneiros e as conquistas no setor da educação. Por outro lado, destacou a omissão do poder público, “que onera e sacrifica uma das regiões mais promissoras do Brasil com graves e crônicos gargalos logísticos”, caso da infraestrutura de transportes precária e da falta de armazéns.

Diretoria-Geral indica economia de R\$ 159 milhões

Ao deixar o cargo ontem, a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, entregou ao presidente Renan Calheiros relatório informando que a Casa já economizou R\$ 159 milhões em 2013. O resultado, disse, deveu-se a

esforço de gestão e racionalização empreendido pela área administrativa em acordo com a Comissão Diretora.

A economia ultrapassou, três meses antes do final do ano, a meta de R\$ 150 milhões

estabelecida pela comissão. Renan agradeceu o empenho e dedicação da diretora. Ele já avalia quem irá substituí-la.

Confira a íntegra do relatório: <http://bit.ly/relatorio2013>

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- ▶ **PLENÁRIO Financiamento da saúde**
11h Sessão temática debate o financiamento da saúde, com presença dos ministros da Saúde, Alexandre Padilha, e do Planejamento, Miriam Belchior. Às 14h, análise de proposta de emenda constitucional que institui o voto aberto em todas as votações do Poder Legislativo.
- ▶ **PRESIDÊNCIA Sessão temática**
11h Renan Calheiros preside sessão temática; às 15h30, recebe o deputado Waldemar Borges e o presidente do Sindicato dos Taxistas de Pernambuco, Everaldo Menezes. Às 16h, preside a ordem do dia.
- ▶ **CRA Devolução de embalagens**
8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária examina projeto que obriga a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário.
- ▶ **SEMINÁRIO Presidencialismo**
9h Cerimônia de abertura do seminário Presidencialismo de Coalizão em Perspectiva Comparada, de iniciativa da Comissão de Educação, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis.
- ▶ **CCJ Voto facultativo**
9h Reabertura de reunião, suspensa ontem, da Comissão de Constituição e Justiça. Em pauta, o voto facultativo.

- ▶ **CDH Agrotóxicos**
9h O uso de agrotóxico na alimentação e a vulnerabilidade das populações rurais em debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.
- ▶ **CCAI Terrorismo e grandes eventos**
9h30 Seminário Internacional Terrorismo e Grandes Eventos, da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, acontece na Câmara dos Deputados.
- ▶ **CRE Indicações para embaixadas**
10h Na pauta da comissão, a análise de indicações para as embaixadas de Barbados, Arábia Saudita, Iêmen e Canadá; e do nome de Maria da Graça Nunes Carrion para delegada permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercosul.
- ▶ **CAS Perícias médicas do INSS**
10h30 Comissão promove audiência pública sobre perícias médicas do Instituto Nacional do Seguro Social, com a participação do presidente do INSS, Lindolfo Neto de Oliveira Sales.
- ▶ **CONSTITUIÇÃO Terras indígenas**
14h A comissão de consolidação de leis e de dispositivos constitucionais se reúne para analisar projeto que regulamenta a demarcação de terras indígenas.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e, às 11h, sessão temática destinada a debater o financiamento da saúde. E, às 14h, transmissão da sessão plenária. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Autor da proposta diz que objetivo é sanar vácuo jurídico criado quando o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a Lei de Imprensa

Senado determina que retratação tenha o mesmo destaque da ofensa publicada

FOI APROVADO ONTEM, em Plenário, projeto (PLS 141/2011) de Roberto Requião (PMDB-PR) que disciplina o direito de resposta ou retificação do ofendido em veículo de comunicação social. O texto, que segue para a Câmara, não garante resposta a comentários de leitores em sites.

Pelo texto, o ofendido terá o direito de divulgação de resposta gratuita e proporcional com o mesmo destaque, publicidade, periodicidade e dimensão. Se ocorrer retratação espontânea, cessa o direito de resposta, mas permanece a possibilidade de ação de reparação por dano moral. A retratação espontânea também deve ser proporcional ao agravo e, caso o ofendido não se sinta atendido, poderá entrar com contestação na Justiça.

O direito de resposta deve ser pedido em até 60 dias por correspondência, com aviso de recebimento. No caso de publicação ou transmissão continuada, o prazo será contado do início da ofensa. O veículo terá sete dias para publicar resposta sem ação judicial. Após receber o pedido de resposta, o juiz



Entre Requião e Renan, o ex-ministro e ex-senador Bernardo Cabral participa da sessão que votou o direito de resposta

terá 24 horas para mandar citar o responsável. Comprovada a ofensa, o juiz fixará data e condições para veiculação da resposta em até dez dias.

Requião disse que apresentou o projeto para sanar vácuo jurídico aberto por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) ao considerar inconstitucional a Lei de Imprensa.

— A cidadania ficou desguarnecida diante dos ataques da imprensa, com calúnia, injúria e difamação se sucedendo. Eu mesmo tenho experiências

terríveis — relatou Requião.

Para o relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Pedro Taques (PDT-MT), o projeto regulamenta o que a Constituição deseja.

— Não é possível nós termos uma Constituição há 25 anos sem regulamentação.

Wellington Dias (PT-PI), Anibal Diniz (PT-AC), Humberto Costa (PT-PE), Magno Malta (PR-ES), Ana Amélia (PP-RS), Mário Couto (PSDB-PA) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) parabenizaram Requião.

— Quando mandamos carta de retificação, o muito que pode acontecer é uma linhazinha lá na carta do leitor, muito inferior ao tamanho do agravo — lamentou Anibal.

Magno Malta (PR-ES) pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que converse com o presidente da Câmara, Henrique Alves, para que o projeto seja votado urgentemente.

— Sempre defendi, inclusive no discurso de posse, que contra os excessos da democracia, mais democracia — disse Renan.

Estacionar em vaga reservada passa a ser infração grave

Quem estacionar irregularmente em vagas reservadas a idosos ou pessoas com deficiência física poderá não só ser multado, mas também ter o veículo apreendido. É o que prevê o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 99/2007, aprovado pelo Plenário do Senado ontem. O projeto, do ex-deputado Paulo Rocha, determina que a infração passe a ser considerada grave no Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

O senador Anibal Diniz (PT-AC), relator da matéria, acrescentou mais três mudanças no CTB. Além de rever

o detalhamento da sinalização rodoviária indicativa de pronto-socorro, altera o rol de equipamentos de uso obrigatório em bicicletas e permite nova contagem do prazo para contestação de infração ou pagamento de multa após atualização do endereço do motorista junto à autoridade de trânsito.

No primeiro caso, o relator julgou que o acréscimo de informações nas placas de sinalização rodoviária sobre a distância e a localização do pronto-socorro mais próximo vai agilizar o atendimento a

vítimas de acidentes. Anibal também concordou com a dispensa da exigência de campainha e espelho retrovisor como itens de uso obrigatório pelos ciclistas, proposta no PLC 74/2008.

Por fim, Anibal considerou válida a notificação devolvida por desatualização de endereço se o motorista não tiver comunicado a mudança dentro de 30 dias da devolução do documento.

— Esta é a Semana Nacional do Trânsito, e o Senado dá uma boa contribuição ao aprovar essa matéria — disse.

Projetos para a fronteira amazônica ganham urgência

O Plenário aprovou regime de urgência para dois projetos de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) que beneficiam a região de fronteira da Amazônia. O PLS 15/2011 cria o Programa Fronteira Agrícola Norte, com incentivos para municípios do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Rondônia e Acre. O PLS 380/2012 cria a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira, com diretrizes, fundamentos e objetivos.

Bernardo Cabral visita Plenário e é elogiado por Renan e senadores

O presidente do Senado, Renan Calheiros, saudou ontem a presença em Plenário do ex-deputado federal, ex-senador e ex-ministro da Justiça Bernardo Cabral. Relator-geral da Assembleia Constituinte de 1987, ele foi ministro de Fernando Collor, em 1990, e senador pelo Amazonas de 1995 a 2003.

Renan ressaltou que Cabral teve participação decisiva na chamada Constituição Cidadã, de 1988.

— Temos pelo Bernardo o maior respeito pelo muito que ele contribuiu para a construção do Brasil.

Renan anunciou que o Senado irá comemorar, em 29 de outubro, os 25 anos da Constituição, quando também haverá a entrega da Medalha Ulysses Guimarães.

A presença de Cabral foi saudada por José Agripino (DEM-RN), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Aécio Neves (PSDB-MG), Romero Jucá (PMDB-RR), Pedro Taques (PDT-MT), Gim (PTB-DF), Eduardo Suplicy (PT-SP), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Lídice da Mata (PSB-BA), Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Figueiró aponta temor no ar no caso do mensalão

Em discurso ontem, o senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) disse que há um misto de “frustração antecipatória e temor no ar” de que o debate técnico se sobreponha ao debate político, no caso do julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

— O brasileiro não suporta mais conviver com sucessivos escândalos de corrupção, dos quais os responsáveis conseguem escapar pelas frinchas das leis, pagando advogados caros, utilizando subterfúgios de difícil entendimento — afirmou.

O senador disse que é o

momento para suprimir os embargos infringentes das altas cortes e revisar os conceitos de privilégios de foro.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou

a importância de respeitar a decisão, tendo em vista o princípio democrático da independência dos Poderes.

— O que prevaleceu foi o princípio do direito a uma outra

instância recursal — disse.

José Pimentel (PT-CE) considerou que a decisão foi justa por estabelecer isonomia com os processos do mensalão do PSDB e do DEM. Wellington Dias (PT-PI) e Eduardo Suplicy (PT-SP) consideraram que a decisão do STF respeita a Constituição ao garantir o amplo direito de defesa.

Alvaro Dias (PSDB-PR), considerou os argumentos contrários aos embargos infringentes mais consistentes. Pedro Taques (PDT-MT) tachou a decisão de “lamentável do ponto de vista jurídico”.



Voto de Celso de Mello (E) na sessão de ontem do STF repercutiu no Senado

Aprovado na comissão mista de análise da MP 617/2013, relatório estende ao transporte aéreo e ao marítimo os incentivos fiscais propostos para o transporte coletivo por ônibus, trens ou metrô



Medida provisória foi apresentada pelo governo para reduzir tarifas de ônibus nas cidades com a isenção fiscal proposta

Relator estende benefício fiscal ao transporte aéreo

A COMISSÃO MISTA que analisou a Medida Provisória (MP) 617/2013, que zera o PIS-Pasep e a Cofins sobre as receitas do transporte coletivo metroviário, ferroviário e rodoviário, aprovou ontem o relatório do deputado Mário Negromonte (PP-BA).

O relator estendeu a desoneração também para o transporte marítimo e para o setor aéreo. Além disso, pelo texto aprovado, passa também

a ter isenção o transporte rodoviário de passageiros entre municípios de uma mesma região metropolitana, ainda que estejam em estados diferentes. No entanto, a desoneração das empresas aéreas é considerada a mais polêmica, como admitiu Negromonte.

— É um setor muito sensível porque em 2002 se transportava 30 milhões de pessoas e em 2013 já são 100 milhões. O governo também

tem compromisso com essas pessoas — argumentou.

O líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), havia pedido a retirada do item que inclui o setor aéreo na MP.

Segundo Negromonte, representantes do setor aéreo reclamam que pagam R\$ 10 bilhões em impostos. Além disso, parte dos custos das aéreas é dolarizada e elas sofrem com a oscilação da moeda americana, a exemplo do querosene e do óleo diesel.

Para evitar duplicidade nos dispositivos legais, Negromonte suprimiu do texto da MP 617/2013 o trecho já contemplado na Lei 12.860/2013, publicada na última quinta-feira, que desonera as alíquotas do PIS-Pasep e da Cofins sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.



Passageiros de Brasília estão entre os 100 milhões transportados em 2013

Acir Gurgacz critica paralisação de obras rodoviárias em Rondônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) criticou o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) pelo atraso em obras rodoviárias em Rondônia, o que tem causado descontentamento na população do estado. O parlamentar apontou problemas no planejamento e na execução das obras, os quais, na avaliação dele, não foram contornados com o fim da paralisação dos funcionários do Dnit:

— Os técnicos voltaram [da greve] não para trabalhar, mas para paralisar de vez — lamentou.

Gurgacz chamou a atenção para a importância do asfaltamento da BR-429, que liga o centro de Rondônia à fronteira com a Bolívia. Segundo o senador, o Dnit iniciou em 2009 as obras, mas sem licitar as pontes do trajeto e, desde maio deste ano, os trabalhos estão paralisados. Ele considerou legítima a manifestação da população de São Miguel do Guaporé, que fechou a rodovia e pediu providências para “entrosamento interno” das unidades do Dnit.

Valdir Raupp (PMDB-RO) opinou que os 5% incompletos da obra afetam as empreiteiras e Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) relatou “dezenas de anos” de dificuldades nas obras viárias de Mato Grosso.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Flexa discorda de postura do Ibama em empreendimentos energéticos

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou ontem a postura do Ibama de não incluir condicionantes sociais nas licenças dos grandes empreendimentos energéticos e minerais no Pará.

De acordo com o senador, o presidente do Ibama, Volney Zanardi Júnior, afirmou, durante reunião com o vice-governador do Pará, Helenilson Pontes, que não é por meio do licenciamento que se asseguram condicionantes sociais e que a questão social depende, exclusivamente, da política.

Flexa explicou que as condicionantes sociais consistem na previsão de ações mitigadoras do impacto dos grandes empreendimentos sobre a população da região e disse que a atitude do órgão deixou claro que o foco principal do governo é a geração de energia, e não o atendimento à população.

— O Ibama está largando o povo do Pará à sua própria sorte. Tal posicionamento é uma completa inversão de valores. O licenciamento é o único documento que pode incluir previsão de condicionantes sociais e o único órgão licenciador é o Ibama. É nessa instância, portanto, que o governo federal pode defender os brasileiros — protestou.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Rolleberg anuncia saída do PSB da base de apoio do governo Dilma

O líder do PSB no Senado, Rodrigo Rolleberg (DF), leu em Plenário ontem nota do presidente do partido, o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, sobre a decisão de entregar todos os cargos ocupados por correligionários no governo federal. O senador afirmou que, assim, o PSB pode ficar “mais à vontade” para tomar decisões, entre elas a de lançar candidato próprio à Presidência da República nas eleições do ano que vem.

Rolleberg acrescentou que o partido elegeu seis governadores, alcançou o maior número de prefeitos reeleitos, além de contar com um representante que “legitimamente pleiteia o lançamento de uma candidatura a presidente”.

— Temos um nome que reúne todas as condições para isso: Eduardo Campos. Foi ministro da Ciência e Tecnologia, é reconhecida sua capacidade de diálogo como líder na Câmara e sua capacidade de gestão como governador mais bem avaliado do Brasil.

O senador agradeceu pelo trabalho dos ministros da Integração Nacional, Fernando Bezerra, e da Secretaria Especial de Portos, Leônidas Cristino, que deixarão as pastas.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Setor hoteleiro é contra limitação de multa a quem cancelar reserva

O arcabouço legal e jurídico existente para reger as relações entre os consumidores e os agentes do turismo — hotéis e demais meios de hospedagem — é suficiente para a regulamentação, não havendo, portanto, a necessidade de aprovação do PLS 43/2013, que impõe limites às multas por cancelamento de reservas para os que vão se hospedar. Essa foi a posição majoritária no debate realizado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) ontem.

Segundo o projeto, o hóspede que cancelar a reserva terá direito à restituição da quantia paga e limita a multa a ser cobrada pelo hotel a 10% sobre o valor pago.

A proposta, de Ana Amélia (PP-RS), altera a Lei Geral do Turismo (11.771/2008). A relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), a princípio, é contrária.

Para Alexandre Sampaio, presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação, a legislação adicional não é necessária. Para ele, não interessa criar embaraços para a devolução do dinheiro, especialmente em períodos de grande demanda.

Ele lembrou que há um custo operacional envolvido que precisa ser coberto quando não há mais a expectativa de ocupação, mas os termos em caso de desistência estão sempre dispostos no contrato firmado entre as partes, de acordo com a Lei do Turismo.

Já Enrico Fontes, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, defendeu a flexibilidade e a complacência para manter o maior grau de ocupação possível. Segundo ele, uma regra a mais pode provocar aumento das tarifas. Além disso, há o risco, como ressaltou, da volta do overbooking.

A representante da Secretaria Nacional do Consumidor, Ana Cândida Muniz, defendeu uma análise mais aprofundada.

— É preciso um estudo mais acurado, inclusive fazendo uma pesquisa [junto aos órgãos de defesa do consumidor] para identificar as falhas de informação prévia ao consumidor — declarou.

Relatora, Lídice sugeriu que seja agendada uma reunião com o Ministério do Turismo para discutir detalhes com o setor específico da pasta.



Lídice (2ª a esq.) coordena audiência sobre alteração na Lei do Turismo

Presidente do Banco Central afirma em audiência que Brasil está preparado para enfrentar os riscos da transição da economia global

Pressão do dólar na inflação é temporária, diz Tombini

O PRESIDENTE DO Banco Central (BC), Alexandre Tombini, disse ontem que a desvalorização do real nos últimos meses é uma fonte de pressão inflacionária no curto prazo. Em um horizonte mais amplo, segundo ele, a condução adequada da política monetária deve limitar a influência do dólar na inflação. A afirmação foi feita durante audiência pública da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e de outras comissões do Senado e da Câmara.

Tombini voltou a afirmar que as ações do Banco Central contra a alta nos preços têm sido efetivas, com trajetória de declínio da inflação, após o pico em junho. Ele disse que as ações de controle da inflação por meio da taxa básica de juros (Selic) serão mantidas.

— Continuaremos usando nosso amplo rol de instrumentos disponíveis. Essa estratégia estará presente durante todo o período de transição do mundo atual com o de maior crescimento da economia global — garantiu.



Presidente do Banco Central fala ao lado de Lobão Filho, presidente da CMO

Segundo o presidente do BC, o programa de leilões de *swap* cambial (troca para diminuição de risco) tem conseguido bons resultados para conter o dólar. O programa prevê ofertas semanais de US\$ 2 bilhões de *swap* cambial e de US\$ 1 bilhão para venda de dólar com compromisso de recompra. O dólar chegou a ser cotado a R\$ 2,45 em agosto e ontem fechou em R\$ 2,19.

Tombini disse também que o Brasil está preparado para enfrentar os riscos decorrentes da transição da economia global. Entre os fatores positivos, o executivo citou as reservas

internacionais, a baixa participação estrangeira na dívida pública e o regime de câmbio flexível.

A audiência com o presidente do BC, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, foi promovida em conjunto pela CMO, pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado e pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Finanças e Tributação; e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Recuperação dos EUA favorece o Brasil

Tombini apontou boas perspectivas para a economia mundial no próximo ano, especialmente em razão da recuperação da economia norte-americana. Segundo o presidente do Banco Central, isso é muito positivo para o Brasil e para o mundo. A expectativa, disse, é de que o

comércio mundial cresça 3% este ano e 5,5% em 2014.

Com o anúncio quase em tempo real de que o Federal Reserve (Fed) — banco central dos Estados Unidos — havia decidido manter em US\$ 85 bilhões mensais o programa de estímulos à economia, Tombini comentou, durante

a audiência, a reação das moedas em todo o mundo.

— A decisão deles foi não mexer com isso, e os mercados estão reagindo muito favoravelmente. As moedas estão se fortalecendo em relação ao dólar neste momento — afirmou o presidente do BC.

(Da Agência Câmara)

Petrobras nega violação de dados

A presidente da Petrobras, Graça Foster, disse ontem não ter dúvida da eficiência do sistema de proteção de dados da companhia. Segundo ela, a petrolífera vai investir neste ano R\$ 3,9 bilhões em segurança da informação e R\$ 21,2 bilhões de 2013 a 2017, o que demonstra, a seu ver, a importância dada pela empresa ao setor.

Ao participar de audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Espionagem, a executiva admitiu ter havido constrangimento e desconforto após as denúncias de que o governo norte-americano teria monitorado as atividades da empresa. Todavia, como informou, não há registro ou qualquer indício de violação do sistema.

— A tecnologia é renovada a cada dia e o monitoramento é constante. Não houve acesso



Graça Foster (D) fala sobre medidas de segurança usadas pela estatal

a dados, por exemplo, da área de exploração e produção. Para obter e deter aquilo que a Petrobras tem de mais vantajoso frente a qualquer outro concorrente, seria muito difícil. Seria necessário capturar toda a Petrobras — afirmou.

Graça Foster esclareceu que as informações estratégicas da companhia são armazenadas e criptografadas no Centro Integrado de Processamento de Dados da empresa, no Rio de

Janeiro, cuja gestão é feita pela própria Petrobras, com o apoio de equipes especializadas em tecnologia da informação e telecomunicações.

Ela admitiu, no entanto, que existem 36 empresas trabalhando com a estatal brasileira na segurança da informação, várias estrangeiras, sendo 14 delas americanas, que usam tecnologias que, na maioria das vezes, não são desenvolvidas no país.

Denúncias da Época são vistas como “ilações”

Questionado pelo deputado Efraim Filho (DEM-PB) sobre denúncias da revista *Época* que apontam omissão do BC diante das irregularidades em liquidações bancárias, Tombini voltou a negar falta de lisura. Ele atribuiu as “ilações” da reportagem a interesses contrariados de administradores e controladores que praticaram má gestão em instituições financeiras.

As denúncias de conflito de interesses entre a direção do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e a empresa IMS, contratada para executar serviços na liquidação do Banco Cruzeiro do Sul, resultaram, em agosto, na demissão do diretor-executivo do fundo, Celso Antunes.

Antecedência

A reportagem, publicada na semana passada, afirma que dois diretores do BC haviam sido informados sobre a relação entre executivos do FGC e a IMS em fevereiro, mais de três meses antes de o BC decretar intervenção no Cruzeiro do Sul.

— A cúpula do BC jamais tomou conhecimento da existência de qualquer esquema montado pelos diretores do FGC nas liquidações bancárias e, se tivesse tomado, não hesitaria em prontamente agir para coibir eventuais práticas ilícitas e punir os responsáveis — disse o presidente da instituição.

Votação do relatório final da LDO é transferida para terça

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) marcou para terça-feira, às 14h30, a votação do relatório final da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014 (PLN 2/2013). Havia a possibilidade de o texto ser votado ontem, após a audiência com o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, o que, no entanto, não aconteceu.

Uma das exigências do colegiado para a votação da LDO é a aprovação, pelo Senado, da PEC do Orçamento Impositivo (PEC 22/2000), que aguarda a indicação de relator na Comissão de Constituição e Justiça.

(Da Agência Câmara)

Suplicy elogia nota sobre cancelamento de viagem de Dilma

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a maneira como foi anunciada a suspensão da viagem da presidente Dilma



Waldemir Barreto/Agência Senado

Rousseff aos Estados Unidos. Ele leu em Plenário a nota do governo brasileiro sobre o adiamento da missão.

A nota considera a espionagem norte-americana um atentado à soberania nacional e aos direitos individuais.

O senador parabenizou a forma como a presidente procedeu. Para ele, não se trata de um gesto de marketing, como disse a oposição, mas sim uma forma de dizer aos EUA “que eles agiram de maneira inadequada”.

Leilão do Campo de Libra não deve ser cancelado

Graça Foster disse não ver motivos para o cancelamento do leilão do Campo de Libra, na Bacia de Santos, marcado para 21 de outubro. Trata-se de um dos principais campos petrolíferos da camada pré-sal no Brasil.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e os senadores Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Delcídio do Amaral (PT-MS) concordaram com a presidente da empresa. Para eles, os que defendem o cancelamento do leilão estão usando a denúncia de espionagem como pretexto.

— Querem dificultar e criar constrangimento, mas se trata de um biombo para outros interesses — disse Ferraço.

Sérgio Souza lamenta morte de civis por gás sarin na Síria

Sérgio Souza (PMDB-PR) lamentou a confirmação, pela Organização das Nações Unidas (ONU), do uso de gás sarin no ataque ocorrido nos arredores de Damasco, Síria, no dia 21 de agosto. O gás é considerado uma arma de destruição em massa e é proibido pela Convenção da ONU sobre armas químicas.

O senador considerou correta a determinação de interromper o fornecimento de armas para todos os lados do conflito na Síria. Segundo ele, qualquer ataque realizado contra aquele país pode resultar em mais mortes de civis e inocentes.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Relator quer simplificar registro de médicos

Relatório à MP do Programa Mais Médicos estabelece o protocolo de registro como suficiente para habilitar profissional estrangeiro ao exercício da profissão. Modifica também critérios para residência

O RELATOR DA medida provisória que criou o Programa Mais Médicos (MP 621/2013), deputado Rogério Carvalho (PT-SE), apresentou ontem relatório em que defende a aprovação da MP, com mudanças no texto original. A votação do relatório na comissão mista que analisa a matéria pode ocorrer já na próxima semana.

Entre as modificações, Rogério Carvalho inseriu a permissão para que o médico estrangeiro possa trabalhar no Brasil mesmo sem ter conseguido o registro provisório para exercer a profissão. De acordo com o texto do relator, o médico intercambista ficará habilitado para o exercício da medicina a partir da data do protocolo do requerimento do registro provisório no Conselho de Medicina.

— Os conselhos precisam dar o registro e cumprir a lei. O que está em discussão é que há uma desobediência dolosa à lei, porque a medida provisória está valendo — afirmou.

Essa determinação só vai valer se o texto do relator for



Rogério Carvalho e João Alberto de Souza durante apresentação do relatório à MP 621

aprovado pela comissão mista e pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Dois anos no SUS

O deputado eliminou do texto da MP o treinamento obrigatório de dois anos no Sistema Único de Saúde (SUS) para todos os médicos formados no Brasil. Mas definiu que residência em medicina da família e comunidade, com duração mínima de dois anos, vai ser pré-requisito para 70% das residências em outras especialidades. Também estabeleceu que os médicos que quiserem fazer residência em clínica médica, pediatria, ginecologia

e neurocirurgia terão antes que fazer um ano de residência em medicina da família.

Outra novidade foi a criação de uma avaliação que vai ser aplicada a cada dois anos para todos os alunos dos cursos de Medicina no país. Rogério Carvalho introduziu também uma avaliação para todos os programas de residência médica. O relator propôs ainda a universalização da residência médica, com abertura de vagas para todos os alunos que se formam. Hoje, são disponibilizadas 11 mil vagas de residência para 16 mil médicos que se formam a cada ano.

(Da Agência Câmara)

DEM vai ao STF contra comissão da MP dos Médicos

Debates intensos marcaram a reunião de ontem da comissão mista que analisa a medida provisória do Programa Mais Médicos. Parlamentares criticaram o presidente do colegiado, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), por não ter permitido a votação de requerimentos antes da leitura do relatório do deputado Rogério Carvalho (PT-SE).

O deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) anunciou recurso ao STF para anular os trabalhos da comissão e criar novo colegiado. Um dos requerimentos pedia o adiamento da leitura para que fossem votadas propostas de debates com autoridades. (Da Agência Câmara)

Projetos na área da saúde são destaque na agenda de hoje

O tema saúde é um dos destaques da agenda do Senado hoje. O financiamento do setor será debatido em sessão temática com a presença do ministro Alexandre Padilha. Na Comissão de Agricultura (CRA), reunião vai deliberar, entre outros itens, sobre projeto que institui a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. Outro texto na pauta da CRA altera decreto em vigor para dispor sobre a devolução de embalagens de produtos de uso veterinário.

Na Comissão de Assuntos Sociais, uma audiência pública debaterá a situação das perícias médicas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Humberto ressalta compromisso do governo com o SUS

Em discurso ontem, Humberto Costa (PT-PE) disse que o governo Dilma está comprometido em garantir mais recursos para a saúde. O senador assegurou que o governo tem consciência da necessidade de mais recursos para o SUS. Ao mesmo tempo, ponderou, também tem que preservar o equilíbrio fiscal.

— É muito importante que esse incremento de recursos aconteça — afirmou, ressaltando que o SUS tem melhorado consideravelmente os indicadores brasileiros.

Plano Nacional de Educação manterá repasses a Apaes

O novo relatório sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), apresentado ontem pelo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB), poderá superar o impasse em torno da Meta 4, que garante acesso à educação básica para alunos com deficiência de 4 a 17 anos.

Atendendo às demandas de entidades como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), o relatório altera a redação dada por José Pimentel (PT-CE) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na redação de Pimentel,

os repasses do Fundeb às instituições que oferecem ensino especial seriam encerrados em 2016 — o que gerou diversos protestos. Vital retirou essa previsão, conforme já havia anunciado segunda-feira Macaé dos Santos, representante do Ministério da Educação, em debate no Senado.

O objetivo, ressaltou Vital, foi chegar a uma redação que, sem perder de vista a inclusão dos alunos com deficiência na educação regular, também “reconhecesse o papel imprescindível desempenhado pelas instituições especializadas”.



Relatório de Vital visa superar impasse em relação a alunos com deficiência

Divergência marca debate sobre gestão de recursos da educação

Com posições divergentes, especialistas debateram ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) estudo que detectou o desperdício de 40% dos recursos especializados debateram ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) estudo que detectou o desperdício de 40% dos recursos para a educação — afirmou. Fabiana Rocha, da Universidade de São Paulo (USP), autora do estudo que analisou 4.921 municípios, disse que o resultado chama a atenção para a necessidade de debater outras formas de resolver o problema da educação que não impliquem necessariamente mais recursos.

universalização na educação básica, mas é um esforço tremendo. O Brasil precisa de mais recursos para a educação — afirmou.

Fabiana Rocha, da Universidade de São Paulo (USP), autora do estudo que analisou 4.921 municípios, disse que o resultado chama a atenção para a necessidade de debater outras formas de resolver o problema da educação que não impliquem necessariamente mais recursos.

O debate foi solicitado por Ana Amélia (PP-RS) e teve a participação de Cristovam Buarque (PDT-DF).



Paim (C) preside debate sobre o desperdício dos gastos municipais com educação

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Comissão aprova novo valor para multa trabalhista rural

Cada trabalhador do campo em situação irregular representará multa de R\$ 1.356, em vez dos atuais R\$ 380, para o empregador. Projeto recupera punição equivalente a dois salários mínimos

A MULTA POR descumprimento de normas do trabalho rural poderá passar de R\$ 380 para R\$ 1.356 por empregado em situação irregular. Projeto (PLS 323/2013) de Ana Rita (PT-ES) com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue para votação final na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

A proposta inicial apresentada pela senadora determinava dois salários mínimos como

multa. Ana Rita alegou que quando a multa foi fixada, em 2001, os R\$ 180 representavam pouco mais de dois salários mínimos. Por emenda, porém, o relator na CAS, João Durval (PDT-BA), fixou o valor em R\$ 1.356 porque a Constituição impede a vinculação do salário mínimo à formação da base de cálculo de parcelas remuneratórias ou multas e indenizações.

Na avaliação de Durval, a proposta, que altera a

Lei do Trabalho Rural (Lei 5.889/1973), vai contribuir para combater abusos contra o trabalhador do campo. Ele avalia que a desatualização do valor dá margem a irregularidades.

— Revisões pontuais, quando necessárias, devem ser feitas sempre que a realidade dos fatos assim o exija. Caso contrário, infrações de potencial ofensivo continuarão a ser punidas com penas irrisórias — afirmou o senador.



Pecuária e agricultura do semiárido nordestino foram prejudicadas pela seca

Luiziano Batista Pereira

Agricultores do semiárido pedem ajuda para repactuação das dívidas

Produtores rurais do Nordeste estiveram ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, acompanhados de Romero Jucá (PMDB-RR). Eles pediram uma solução definitiva para a renegociação dos débitos dos agricultores de todo o semiárido, e não só dos municípios da área

da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) que tiveram decretada situação de emergência por causa da seca.

— Querem um texto que resolva o problema da renegociação das dívidas, para que eles possam ter acesso a crédito novo — disse Renan.

Audiência debaterá possível fim da profissão de técnico em contabilidade

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) fará audiência pública para discutir a eventual extinção da profissão de técnico em contabilidade. Requerimento de Paulo Paim (PT-RS) foi aprovado ontem.

O senador, que defende o incentivo ao ensino técnico, sugeriu convidar repre-

sentantes do Ministério do Trabalho, do Conselho Federal de Contabilidade e do Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre; o contador Luiz Sérgio da Rosa Lopes; e o professor de Contabilidade Oscar Lopes da Silva. A data da audiência ainda será definida pela comissão.



Relatório de João Durval sobre projeto de Ana Rita foi aprovado ontem em comissão presidida por Waldemir Moka

Anibal: Acre estuda etanol de mandioca em usinas

Anibal Diniz (PT-AC) informou ontem, em discurso no Plenário, que o governo do Acre está estudando o uso de etanol de mandioca como combustível de usinas termelétricas, com o objetivo de levar energia a municípios isolados do estado.

Segundo o senador, os municípios de Jordão, Santa Rosa do Purus, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter são de difícil acesso, o que torna a chegada de óleo diesel muito cara. Anibal informou que, na terça-feira, participou de uma reunião com representantes do governo do Acre e do Ministério de Minas e Energia para tratar do assunto.

De acordo com Anibal, o etanol de mandioca será uma energia limpa. Além disso, a seu ver, aqueles municípios poderiam se tornar um exemplo para o Brasil, com energia sustentável e pouco poluente. O senador também disse esperar que o linhão da Eletrobras seja estendido para a região o mais rápido possível, para benefício dos moradores dos municípios isolados.

Anibal classificou como “muito rica” a reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que ocorreu pela manhã, quando foi aprovado o fim do voto secreto (PEC 43/2013) para todas as votações. Ele elogiou o trabalho de Sérgio Souza (PMDB-PR), relator da proposta, e disse que a medida vai fazer bem para o Parlamento e a sociedade.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Vanessa lê nota contra precarização do trabalho

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) leu ontem nota da bancada do PCdoB na Câmara contra o projeto que reformula a regulamentação do trabalho terceirizado (PL 4.330/2004). A senadora disse que ela e o líder do partido no Senado, Inácio Arruda (CE), apoiam o posicionamento dos deputados contra o que ela classificou de precarização do trabalho.

Na nota, os deputados reconhecem a necessidade de o país ter nova regulamentação da terceirização, mas consideram que o projeto retira direitos dos trabalhadores, piora as condições dos terceirizados e não assegura estabilidade jurídica para as empresas nem ganhos de produtividade para a economia.

“A bancada do PCdoB considera que o projeto de terceirização é uma iniciativa pela precarização do trabalho e não serve ao país. Somos contra porque o trabalhador terceirizado tem menos garantias do que os demais assalariados. Além da precarização das condições de trabalho, a terceirização pulveriza a ação sindical, transferindo empregados diretos para empresas prestadoras de serviços, rompe a identidade de classe dos trabalhadores e desmobiliza os movimentos pelos direitos trabalhistas”, diz a nota.

Vanessa, que é presidente da CPI da Espionagem, também fez um resumo das audiências com a presidente da Petrobras e a diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Sobre o receio de que a espionagem dos EUA na Petrobras comprometesse os leilões do pré-sal, a senadora disse que, segundo a estatal e a ANP, seria impossível que a totalidade dos dados fosse acessada.

Dilma é refém do ministro do Trabalho, diz Aloysio

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou ontem que a presidente Dilma Rousseff encontra-se refém do ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, envolvido recentemente em acusações de irregularidades na pasta. O senador citou entrevista de Manoel Dias ao jornal *O Globo* de ontem, na qual o ministro do Trabalho garante que “não vai pedir demissão do cargo porque conta com o apoio de 99% do partido [PDT]”. Diz ainda, registrou o senador, que “se Dilma ousar demiti-lo, sairá atirando e tomará providências impublicáveis”.

— A quem o ministro está ameaçando? Será que ele está pedindo uma espécie de delação premiada às avessas, em que o acusado por determinado ilícito diz o que sabe e aponta os seus cúmplices, em troca da complacência do julgador? Talvez esteja trocando seu silêncio pela permanência do cargo. A quem ele está ameaçando? Seguramente, não a nós, do PSDB — afirmou.

Aloysio disse que não se pode imputar aos militantes do PDT nenhum tipo de conduta que cause vergonha do ponto de vista da ética pública. O senador observou, porém, que o ministro do Trabalho está sendo acusado “pelo conjunto da obra, por coisas que ocorreram no ministério ao longo dos anos, que teriam sido patrocinadas ou pelo menos toleradas por correligionários”.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Inácio anuncia que Ceará poderá ter centro olímpico

Em discurso ontem, Inácio Arruda (PCdoB-CE) anunciou que o Ceará poderá ter um centro de formação olímpica. Segundo o senador, parlamentares e autoridades do governo do estado estão discutindo com o Ministério do Esporte a implementação do projeto, que contará com investimentos da ordem de R\$ 200 milhões.

De acordo com Inácio, o centro olímpico terá capacidade para receber atletas de toda a Região Nordeste e também competições internacionais de esportes olímpicos.

O parlamentar disse que o estado tem muitos atletas dedicados a diversos esportes como futebol, vôlei, futsal, basquete, vôlei de praia, skate, patins e esportes náuticos, entre outros. “O Ceará tem, ainda, o programa estadual Segundo Tempo”, informou o senador, que cumprimentou o novo secretário de Esporte do estado, Gilvan Paiva.

Inácio Arruda também comentou a decisão do Supremo Tribunal Federal pela validade dos chamados embargos infringentes. Ao desempatar a votação, disse o senador, o ministro Celso de Mello demonstrou “coragem política”, embasando a decisão pró-embargos infringentes em “argumentos sólidos”.

O senador ressaltou o fato de que os preceitos legais foram examinados para garantir aos réus a mais ampla defesa.



Waldemir Borreto/Agência Senado



Vital do Rêgo (E) preside reunião que analisou proposta que acaba com a votação secreta no âmbito do Parlamento

Plenário começa a analisar hoje PEC do Voto Aberto

Depois da aprovação ontem na CCJ, senadores pediram que a proposta fosse incluída na pauta do esforço concentrado e votada ainda ontem; Presidência antecipou para hoje primeira sessão de discussão do texto

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, acatou proposta formulada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e antecipou para hoje a ordem do dia programada para amanhã. Com isso, a Proposta de Emenda à Constituição que determina o voto aberto em todas as deliberações do Poder Legislativo (PEC 43/2013), aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), começa a ser analisada hoje pelo Plenário.

— Certamente teremos a primeira sessão de discussão [hoje] sobre as propostas de emendas constitucionais que determinam o voto aberto dos parlamentares — disse Renan, lembrando que há mais de um texto sobre o assunto.

A proposta terá dois turnos de votação no Plenário do Senado, onde poderá ser anexada à PEC 20/2013, de iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS), que também derruba o voto secreto em todas as circunstâncias no Legislativo. A PEC 20/2013 já foi aprovada pela CCJ e aguarda inclusão na ordem do dia do Senado. Se o pensamento acontecer, a PEC 43/2013 voltará a ser examinada pela Câmara dos Deputados, mesmo sem ter sido alterada pelos senadores.

Renan disse que aguarda a apresentação de um requerimento para que a PEC tenha tramitação mais rápida, com a dispensa das sessões de

discussão e do interstício entre os dois turnos de votação. De acordo com a Constituição, para ser aprovada, uma PEC tem de passar por dois turnos de votação no Plenário, sendo que o primeiro deve ser precedido por cinco sessões de discussão. Em cada turno, são necessários pelo menos 49 votos favoráveis.

Vários senadores pediram para que a proposta fosse incluída na pauta da semana do esforço concentrado. Mas o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) se manifestou contra a votação da PEC ainda ontem e defendeu o rito normal de tramitação, dada a importância da matéria.

Batalha regimental

O fim do voto secreto em todas as deliberações do Poder Legislativo suscitou uma batalha regimental ontem na CCJ. Depois de muita polêmica, foi aprovado o parecer inicial do relator, senador Sérgio Souza (PMDB-PR), que respalda a abertura de todas as votações no Congresso, nas assembleias legislativas e câmaras municipais.

Sérgio Souza chegou a apresentar ontem um relatório reformulado, onde sugeria o desmembramento da PEC. Como ainda há resistências no Senado ao voto aberto geral e irrestrito, o relator tentou viabilizar um acordo recomendando a aprovação,

apenas, do dispositivo que derrubava o voto secreto nos processos de perda de mandato parlamentar.

O restante da PEC 43 constituiria uma proposição autônoma, reunindo as disposições sobre voto aberto no exame de vetos presidenciais e escolha de autoridades, como o procurador-geral da República e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

O arranjo foi contestado por Pedro Taques (PDT-MT). Segundo ele, o Regimento Interno do Senado não admite desmembramento de proposições iniciadas na Câmara.

Outra questão foi levantada por Walter Pinheiro (PT-BA). A princípio, o petista disse que a aprovação do parecer reformulado do relator — que acabou sendo retirado pelo próprio Sérgio Souza — levaria à prejudicialidade da PEC 43/2013. Isso porque o conteúdo se tornaria idêntico ao da PEC 86/2007, de Alvaro Dias (PSDB-PR), aprovada pelo Senado em 2012 e prestes a ser votada em comissão especial da Câmara. Para ser promulgada, dependeria apenas, em seguida, da aprovação pelo Plenário da Câmara.

Pinheiro também recorreu ao regimento para sustentar que, da forma como foi aprovada na CCJ, sem mudanças no texto enviado pela Câmara, a PEC 43/2013 deveria ser pensada à PEC 20/2013.

Projeto determina apresentação imediata de presos à autoridade judicial

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que introduz a audiência de custódia na Justiça brasileira, com prazo de 24 horas para a apresentação do preso ao juiz. Ele deverá inquirir o preso e o advogado se houve violação dos direitos e garantias fundamentais. Em caso positivo, determinará medidas



para preservação da integridade do preso e a apuração das violações. Favorável à proposta, o relator, João Capiberibe (PSB-AP), ressalta a importância do prazo para evitar abusos.

A CDH aprovou também sugestão do Programa Senado Jovem para tornar obrigatório o ensino da língua brasileira de sinais (Libras) na educação básica.

Acabar com voto secreto no Congresso é atitude revolucionária, diz Paim

A decisão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) de aprovar a PEC 43/2013, que impõe voto aberto em todas as votações do Congresso, é revolucionária, disse ontem Paulo Paim (PT-RS).

— O fim do voto secreto é a transparência absoluta. A população fará o julgamento a cada

processo eleitoral para decidir se deve reconduzir ou não aquele parlamentar.



Paim homenageou Aníbal Diniz (PT-AC) por ter conversado com o relator da proposta, Sérgio Souza (PMDB-PR), para pedir a ele que ouvisse a voz do Plenário e a voz das ruas e que mantivesse o relatório original.

Mozarildo lamenta decisão do TSE que pode livrar governadores da cassação

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lamentou ontem a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de considerar inconstitucional o recurso extraordinário contra expedição de diploma. Esse recurso é usado para contestar mandatos na Justiça Eleitoral, em casos de abuso de poder político,

compra de votos e outros crimes eleitorais. Mozarildo registrou que o recurso vinha sendo aplicado no TSE nos últimos 25 anos.



De acordo com o senador, a decisão poderia livrar da cassação vários governadores, como o de Roraima, José de Anchieta (PSDB), que enfrenta diversas denúncias.

Para Cristovam, reforma eleitoral é limitada e não atende as reivindicações das ruas

Cristovam Buarque (PDT-DF) questionou ontem o alcance limitado do projeto de minirreforma eleitoral aprovado pelo Senado na segunda-feira. Segundo ele, o Congresso precisa avançar em uma reforma mais radical.

— O povo foi para a rua pedindo uma máxi, ultra, radical

reforma política. Nós estamos fazendo uma que nós próprios assumimos como minirreforma.



Cristovam pediu que continuem os debates no Congresso sobre alterações mais amplas. Entre outras ideias, ele defendeu a possibilidade de

Raupp pede a deputados agilidade para que mudanças possam valer em 2014

Valdir Raupp (PMDB-RO) fez um apelo aos deputados para que eles aprove o projeto da minirreforma eleitoral (PLS 441/2012) até o fim de setembro. Para que as mudanças valham nas eleições de 2014, o projeto tem de ser aprovado pela Câmara e sancionado até 5 de outubro.

Segundo Raupp, a proposta avançou ao reduzir os gastos das campanhas e dar mais igualdade aos candidatos.



— Com essas medidas, conseguimos avançar para conter o excesso de gastos que dava vantagem indevida aos candidatos mais ricos, democratizando ainda mais as campanhas.

Comissão aprova multas mais elevadas a quem faz “racha” ou manobras perigosas

Deverá ser votado em Plenário hoje projeto que determina punições mais severas para quem participar de “rachas”, der arrancadas bruscas, fizer manobras perigosas ou ultrapassagens arriscadas no trânsito. O texto foi aprovado ontem pela CCJ.

— Trata-se de uma importantíssima resposta do Senado às barbaridades que vivemos no trânsito brasileiro — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

O texto aprovado pela CCJ foi um substitutivo do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) a projeto de lei da Câmara (PLC 26/2013) que aumenta em até dez vezes o valor da multa para essas infrações. Em caso de reincidência no prazo de um ano, a multa dobra de valor.

A busca de consenso levou Vital a eliminar dispositivos controversos que instituíam pena de reclusão para agravantes associados ao racha.